



Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

Data: 22 de setembro de 2023 -----



Abertura da reunião: nove horas e trinta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro secretário e, Lisete Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Rosa Branquinho, por Mónica Araújo e Manuel Paiva, por António Lareiro. -----

Justificou a falta do senhor presidente da união de freguesias de São Romão e Santiago, Dinis Branquinho, à sessão de 30 de junho, tendo este apresentado a devida justificação.

Cumprimentou os presentes e os que assistem a esta sessão através da transmissão online e dirigiu um abraço especial ao secretário da Mesa e presidente de junta da freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues, pelo falecimento do seu pai, endereçando-lhe os sentimentos bem como à sua família. Deixou igualmente uma palavra de conforto a todos os munícipes que perderam, recentemente, algum familiar, expressando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências. -----

Parabenteou todos os jovens do concelho que entraram no ensino superior e a restante comunidade educativa, desde auxiliares, professores e técnicos, desejando que este início de ano letivo ocorra dentro da normalidade e com o maior sucesso. Cumprimentou, de forma especial, todas as pessoas que trabalham nesta época de colheitas, sendo Armamar um concelho predominantemente agrícola, nas vindimas e apanha das maçãs, pois são os produtores e trabalhadores nesta área que contribuem e estimulam o desenvolvimento do concelho. -----

Informou que em vinte de julho esteve presente no Conselho Municipal de Educação, onde esteve também o senhor vereador responsável pelo pelouro, onde foram

0



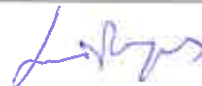
abordados vários temas, nomeadamente, o Plano Municipal de Transporte Escolar que se mantém muito idêntico ao do ano anterior e também se falou da iniciativa patrocinada pela autarquia relativamente à Universidade Júnior. Fez saber que recebeu convite e esteve presente em algumas iniciativas ocorridas no concelho. Em dois de agosto recebeu e-mail com convocatória, por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa ao Congresso Nacional que se vai realizar no dia trinta deste mês, referindo que esta é uma das razões por que teve de se antecipar a sessão de assembleia de setembro, pois tem de ser feita a eleição do presidente de junta de freguesia para estar presente no mesmo. Em oito de setembro reuniu a conferência de representantes para preparação desta sessão e de alguns assuntos que vão ser, hoje, debatidos. Foi pedido e, desde já, lançou o desafio, propostas e iniciativas para as comemorações dos 50 anos do 25 de abril e, nesse sentido, enviado e-mail aos representantes dos grupos municipais para apresentarem sugestões para essa comemoração. Falou-se que será criada uma comissão, constituída pela Mesa da Assembleia Municipal, por representantes dos grupos municipais, envolvendo pareceria com a junta de freguesia de Armamar e todos os outros parceiros, presidentes de junta e a autarquia. Já surgiram algumas ideias, nomeadamente, a realização da sessão no dia 25 de abril, realização de conferências e outras situações das quais será dado conhecimento. Falaram também da questão do balcão eletrónico e do novo sistema aplicativo de gestão documental; do cartão de identificação de membro da AMA que é objeto de análise na sessão de hoje, assim como do Regulamento de atribuição de distinções honoríficas do município de Armamar que foi um desafio conjunto da parte da assembleia e do executivo e irá estar em discussão pública e aberto à participação de todos. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal referiu que o município de Armamar é um, dos do interior do país, onde há muitas décadas se verifica uma grande emigração. Na primeira metade do século XX verificou-se, principalmente, para o Brasil e outros países do continente americano. A partir da segunda metade do século XX, dá-se para a Europa, maioritariamente, para a França, Alemanha e Suíça. A falta de trabalho e os baixos salários levaram, também, muitos armamarenses a migrarem para o litoral do país à procura de uma vida melhor. Os números dos últimos Censos são claros e esclarecedores. O concelho está cada vez mais despovoado, os habitantes são cada vez menos e a população mais idosa. Atingiu-se uma situação preocupante, pois já não há pessoas suficientes para trabalhar nas diversas atividades económicas existentes no concelho. Na maior empresa empregadora do concelho, mais de metade dos trabalhadores são estrangeiros, na agricultura, nas principais atividades recorre-se a esses trabalhadores. Todos “reconhecemos” que qualquer medida, governamental ou autárquica, para tentar fixar os jovens ou promover a natalidade no concelho e no país, sendo elas importantes para o futuro, são insuficientes para responder às necessidades atuais da falta de mão de obra no concelho, onde atualmente, trabalham mais pessoas de outras nacionalidades do que locais. Trata-se de um grupo bastante numeroso que pode ser muito importante para o desenvolvimento e crescimento do concelho, desde que se criem condições para que estes se integrem na sociedade. Enquadrada na transferência de competências do estado para as autarquias locais, no domínio da ação social, em abril do corrente ano, o município criou um serviço de atendimento social cuja finalidade é oferecer atendimento de primeira linha que dê resposta a situações de crise ou de emergência social, bem como no acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e a resolução de problemas sociais. Perguntou se este serviço está disponível para apoiar e promover formação destes imigrantes desde o

2





ensino da língua portuguesa, formação técnica com a colaboração das entidades empreendedoras do concelho, cujo objetivo será a sua integração na sociedade considerando esta as condições de habitação e de trabalho. Procurou saber o ponto de situação da construção do novo centro de saúde. -----

Paulo Tolda cumprimentou os presentes e o público que assiste a esta sessão via online e deixou um voto de pesar pelo falecimento do pai do primeiro secretário da Mesa. Começou por colocar duas questões, uma relacionada com o facto de o município ter uma boa margem de endividamento, fruto da alteração à Lei das Finanças Locais, Lei n.º 29/2023 de 4 de julho, tendo a margem passado de 20 para 40% o que permite uma capacidade de € 3.715.119,00 para 2023. Tendo em conta que houve a intenção de fazer um empréstimo para a requalificação das vias municipais, empréstimo esse, que fruto da mudança de ano e de se ter perdido aquela disposição na Lei que isentava o cumprimento da margem de 20%, acabou por não se conseguir efetivar, a sua pergunta é no sentido de saber por que é que não se aproveita 2023 para avançar com isso ou se, eventualmente, a margem dos 20%, que se pode manter no próximo ano, vai ser suficiente para resolver essa questão. Perguntou, ainda, qual o ponto de situação do empréstimo que foi aprovado para pagamento antecipado da Armamar Viva, S.A. -----

Mónica Araújo cumprimentou os presentes e os que seguem esta sessão via online. Abordou um assunto que a preocupa, assim como a todos os produtores de vinhos do Douro, do concelho de Armamar, neste ano tão difícil. Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal disse julgar ser do conhecimento deste que os produtores de vinho, como ela própria, estão a passar muitas dificuldades para conseguirem vender a produção, este ano. Relatou o seu exemplo, referindo que no dia 21 de agosto se dirigiu a uma das grandes empresas de produção de vinho do Porto para entregar o cartão de benefício e não o aceitaram. As palavras da pessoa responsável da empresa em questão foram as seguintes: “ou entrega tudo ou não entrega



nada”, sabendo ela que “sou” produtora e engarrafadora de vinho de denominação de origem controlada – DOC. Disse ter informações de vários operadores que não compraram mesmo e rejeitaram produtores. Há, ainda, neste momento, agricultores que estão com o coração nas mãos porque não sabem a quem vão entregar as uvas. Um ano inteiro de trabalho por “água abaixo”. Ao mesmo tempo, estão a acontecer negócios de milhões de euros, o que em sua opinião significa que a atividade é lucrativa mas só para alguns. Este é um problema que ganha dimensão num ano em que se verifica uma diminuição de doze mil pipas de benefício, ou seja, a quantidade de mosto que cada produtor pode transformar em vinho do Porto, que é uma importante fonte de rendimento, em que foi necessário efetuar vários tratamentos na vinha, caríssimos, com preços dos combustíveis elevados, mão de obra escassa e consequentemente cada vez mais cara. Outro grande problema é que os viticultores entregam uvas sem preço. Entregam o fruto ao comprador e só depois sabem o que vão receber. Este ano, já se fala em preços miseráveis, na ordem dos 100,00 a 150,00 € a pipa. Uma vez que no próximo dia 25, segunda-feira, a senhora Ministra da Agricultura vem ao Porto pedia ao senhor presidente da Câmara Municipal que exija soluções rápidas e eficazes em prol do pequeno agricultor. Que se exija mais fiscalização ao IVDP, pois não é justo um corte de benefício tão grande, quando há grandes operadores do concelho, reconhecidos a nível mundial, onde as vinhas estão a monte e não produzem sequer 20% e nem se preocupam em produzir porque sabem que não vão ser fiscalizados e que os produtores vão lá deixar as uvas a preços miseráveis. -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e dirigiu umas palavras a propósito do tratamento que a Câmara Municipal, neste momento, está a dar aos trabalhos complementares da empreitada de construção do pavilhão gimnodesportivo de Armamar, dizendo que é com satisfação que verificam que a Câmara Municipal, numa fase inicial, com os serviços técnicos fez, bem feita, a análise e abordagem aos trabalhos

R





complementares que são reivindicados pelo empreiteiro. Considera importante e de louvar que tenha havido uma análise criteriosa, exaustiva e trabalhosa para apurar, quer o montante, num primeiro momento, já que o mesmo é, extremamente, díspar daquilo que o empreiteiro pretende e, depois, numa segunda fase ter chegado ao ponto e, muito bem, de discriminar aquilo que são os trabalhos que serão da responsabilidade da Câmara Municipal e que possam vir a ser da responsabilidade de terceiros. Estas palavras são, apenas, para dizer que é com satisfação que verificam este trabalho que está a ser feito pelos serviços técnicos e pela posição assumida pela Câmara Municipal e alertar que seria muito importante que este trabalho não ficasse pelo caminho e fosse até às últimas consequências porque, crendo na análise técnica, há um determinado montante, considerável, que não deverá ser assumido pela Câmara Municipal. Como é evidente, num primeiro momento, tem de o ser enquanto adjudicatária mas deverá fazer tudo para ser ressarcida do montante que os serviços técnicos apuraram. -----

Presidente da junta de freguesia de Folgosa, Márcio Sousa cumprimentou os presentes e os que assistem à sessão via online. Começou por agradecer ao senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo pelo apoio no I Mercado Sabores Douro que foi um êxito, tanto a nível de adesão, como de sucesso porque foi um dia muito rico onde se celebrou o Douro. Para quem critica a Câmara Municipal, que se olha para as maçãs, foi uma grande “bofetada”. Agradeceu, em especial, à Mónica Araújo, aqui presente, pelo contributo e empenho, gratuito; aos trabalhadores do município, que ajudaram; ao membro desta assembleia, Márcio Morais, que com o seu *know how* ajudou imenso. Disse que em julho do próximo ano, vai haver a II edição e pretendem alargar o conceito. Dirigiu um abraço ao colega presidente de junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues, pelo falecimento do seu pai. -----

Alice Nogueira cumprimentou os presentes e referiu que acerca de um ano questionou sobre a sinalização rodoviária. Nesse sentido procurou saber para quando

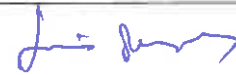




está prevista a marcação das estradas. Estamos no outono, vêm aí os períodos de nevoeiro e é muito constrangedor e perigoso para quem circula de noite. Disse que enquanto colaboradora de uma UCC isso faz com que esteja mais, diretamente, ligada à comunidade e percorre o concelho todo e depara-se, muitas vezes, com lombas provocadas por raízes de árvores, nomeadamente, em curvas. Deixou este alerta no sentido de fiscalizarem estas situações e solucionarem o problema. Por outro lado, referiu que na semana anterior lhe ocorreu um incidente e tem vindo a notar que muitas vezes os senhores fruticultores aproveitam todo o terreno para plantar as macieiras. Acontece que depois para fazerem as manobras, quando andam a fazer os tratamentos às árvores têm de invadir a estrada e isso pode provocar acidentes, conforme lhe ia acontecendo a si e, certamente, já aconteceu a mais gente. Não sabe se haverá forma de fiscalizar essas situações mas seria importante sensibilizar as pessoas a terem mais cuidado no plantio dessas árvores de fruto. Outra questão, sendo Armamar, um concelho único e privilegiado na paisagem, que é inigualável, disse-se muito triste pelo facto de quem vem de Travanca, a seguir à rotunda, se deparar com um edifício abandonado, há mais de uma década, que dá má imagem ao concelho. É preciso solucionar o problema, embora sabendo que não é fácil. Depois, procurou saber se, este ano, os critérios para atribuição de bolsa de estudo a alunos do ensino superior vão ser alterados, conforme foi proposto pelo senhor presidente de junta de freguesia de Armamar, em sessão anterior. Este propôs que o montante deveria ser distribuído por todos alunos, pois seria a forma mais justa. Em relação ao amianto, já por si referido em sessão anterior, como todos sabem é prejudicial à saúde, está provado que provoca certas patologias, nomeadamente, cancerígenas, não só, a nível do pulmão, pleura, ovários e outros. Não sabe se existe esse registo mas existem várias casas particulares com esse tipo de cobertura. Gostaria de saber se podem informar as pessoas ou ajudar na remoção desse material. -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e todos os que assistem à sessão via online.

Deixou um voto de pesar ao primeiro secretário da Mesa da assembleia extensivo a toda a sua família por quem nutre muita estima. Em relação à informação enviada pelo município, ao analisar a “Informação periódica” apercebeu-se de um lapso referente aos dados da Biblioteca. São anunciados os registos de julho a setembro de 2023, mas na prática estes correspondem ao período de abril a junho. Disse ter alguma curiosidade nesta tabela, mas a que diz respeito ao período de julho a setembro, isto porque importa avaliar o verdadeiro impacto da mudança para as novas instalações. Sobretudo, se o número de inscritos teve um aumento, assim como o número de utilizadores do espaço. O que faz sentido dadas as dignas instalações que agora existem. Importa sempre, e com tudo, não esquecer que as dinâmicas deverão ser uma constante pois vivemos numa era informatizada e as Bibliotecas são muitas vezes esquecidas e caem em desuso. É um processo natural. Se existirem dinâmicas, criatividade e levar as pessoas até lá e as cativar, tudo funcionará de outra forma, caso contrário, de nada valerá a estrutura remodelada e com as ótimas condições que tem. Vamos organizar eventos culturais, tertúlias, parcerias com agentes locais, chamar gente da escrita, da leitura da nossa terra, fazer renascer o gosto por folhear um livro e fazer da Biblioteca um ponto de encontro. Por falar em espaços remodelados interessa falar no novo espaço Museológico, em Armamar, que foi inaugurado no passado dia 6 de julho, o núcleo de valorização e promoção dos produtos locais que integra o Centro Interpretativo da Mulher Duriense. Este Núcleo pertence, agora, à rede de museus do Douro e é um espaço muito interessante no seu todo, com muito bom gosto e um potencial enorme. É o primeiro museu a ser criado em Armamar e, por isso, julga que seria importante dignificar o espaço com a devida identificação. Disse notar, enquanto agente local, muita dificuldade em localizar o edifício, sobretudo, por parte dos turistas. Por outro lado, durante algum tempo, as pessoas não conhecedoras dirigiam-se ao antigo Posto de



Turismo sem qualquer informação que remetesse para as novas instalações. Aproveitou para questionar o que está previsto para as instalações onde funcionava a Loja Interativa de Turismo. -----



Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes

cumprimentou os presentes e o público online e endereçou os sentimentos ao primeiro secretário da Mesa, Luís Rodrigues, pela perda do seu pai. Referiu que um dos assuntos que quer abordar é relacionado com os caminhos rurais existentes na sua freguesia. Disse que tem vindo a alertar o senhor presidente da Câmara Municipal, assim como o senhor presidente da união das freguesias der Arícera e Goujoim, que também é encarregado do pessoal externo, para ver se conseguem que seja feita a reparação dos buracos. Referiu que no ano anterior uma máquina agrícola, da freguesia, partiu um semieixo num desses buracos e, por acaso, não causou danos físicos ao condutor mas poderia ter acontecido. Normalmente os porta paletes andam carregados com dois palotes, o que é um peso significativo e ao caírem nesses buracos pode causar danos muito graves. Essas estradas não são intervencionadas há quatro cinco anos e algumas encontram-se quase intransitáveis. Outro assunto que pretende abordar diz respeito ao edifício da escola primária de Gogim, propriedade do município e, neste momento, parte do telhado está a céu aberto. Disse que já pediu ao senhor presidente da Câmara Municipal que fosse feita, pelo menos, a substituição do telhado, pois quando a escola foi cedida por comodato à junta de freguesia, já se encontrava naquele estado. Na altura, não era presidente de junta de freguesia, pois não aceitaria a escola naquele estado porque não tem condições de ser utilizada. Fez referência à “Festa das colheitas”, que vai ser levada a cabo pela freguesia de São Martinho das Chãs, juntamente com as Associações Culturais da freguesia, no dia de São Martinho. Habitualmente um dos acontecimentos é a bênção das máquinas agrícolas existentes na freguesia mas, este ano, pretendem alargar a todo o concelho. Já têm a confirmação da presença do senhor

Bispo de Lamego para fazer a benção e para dar mais ênfase a todas as cerimónias uma vez que o senhor Bispo vai andar pela freguesia durante toda a semana e vão acontecer vários colóquios e eventos com a envolvência da comunidade, seja ela religiosa, ou não. O programa está a ser elaborado e a pretensão é envolver, também, o município e as restantes freguesias do concelho. A título de informação e agradecimento, fez saber que a freguesia de São Martinho das Chãs, participou numa quadrangular das freguesias de futebol de salão no Mogadouro, pelo que agradeceu ao município a cedência do transporte para se deslocarem até lá. A realização deste evento tem a ver com a troca de culturas e parcerias. Foi interessante pois todas freguesias que participaram se chamavam São Martinho. É importante lembrar que isto é uma forma de trazer pessoas e dar a conhecer o que cada freguesia tem de melhor. Neste momento, a freguesia de São Martinho das Chãs não tem condições para acolher um evento destes, poderá acontecer na sede do concelho ou noutra freguesia. -----

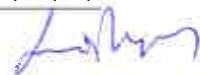
Lisete Osório cumprimentou os presentes e o público online e endereçou os sentimentos ao primeiro secretário da Mesa, Luís Rodrigues. Começou por alertar para a situação das bermas e valetas que continuam por limpar e cheias de entulho. Este ano, o início do mês de setembro tem sido chuvoso, por isso é preciso atuar preventivamente e olhar com mais atenção para esta questão que é bastante importante e às vezes passa ao lado. Disse já ter alertado, no passado, mas voltou a chamar a atenção para a estrada do Marmelal/Folgosa, que é uma porta de entrada no concelho. Este ano o Douro é Cidade Europeia do Vinho e continuamos sem marcação e sem sinalização naquela estrada que está bastante perigosa. Atualmente, existem no Marmelal três unidades de alojamento e um restaurante e tem-se verificado um aumento significativo de visitantes e turistas. No fim de semana anterior aconteceu, na Régua, o Douro Wine Festival o que levou muitas pessoas ao Marmelal, assim como todos os dias há turistas estrangeiros e portugueses a dirigiram-se para a localidade e a estrada de



acesso continua uma lástima. Disse que tem medo que aconteça um acidente e sejamos notícia por esse motivo. É preciso olhar para o território, atrair turismo e fixar a população e criar boas condições para os turistas que nos visitam. Outra questão que quis chamar à atenção e foi aqui discutida, hoje, é a viticultura, enquanto segunda atividade económica do concelho de Armamar. É o ex-líbris na região do Douro e tem sido um problema estrutural dos últimos anos, a falta de mão de obra e é necessário definir um preço justo para o pagamento das uvas. É inadmissível que os viticultores trabalhem o ano inteiro na vinha e tratem as uvas com amor e carinho e cheguem à altura das vindimas e as grandes casas e grandes quintas não comprem as uvas ou as aceitem sem preço fixo. É preciso pensar esta situação que já aqui foi bem-apresentada, mas deixa isto para reflexão e é necessário tomar medidas conjuntas e resolver este problema. -----

Márcio Morais cumprimentou os presentes e todos os que acompanham esta sessão através dos canais digitais. Antes de começar a sua intervenção deixou uma nota de pesar pelo falecimento senhor Vitorino Rodrigues, pai do presidente de junta de freguesia de Fontelo e, também, pelo falecimento da dona Helena Silva, colaboradora da junta de freguesia de Armamar e do senhor João Félix, anterior presidente de junta e autarca da freguesia de Tões. Fez referencia à operação ETER dizendo que em 2019 a comunicação social afirmou e deu a conhecer esta operação que englobava os Tomi e mesas interativas das lojas de Turismo e deu uma ênfase abismal. Recordou, palavras fortes do passado, onde alguma oposição, orgulhosamente, questionava o senhor presidente e a senhora vereadora da Câmara Municipal, se eram, ou não, arguidos e qual o seu envolvimento no processo. Sentir e recordar o passado, perceber que naquele tempo e nos dias de hoje para alguns membros desta assembleia parece que arguido é ter de imediato o nome sujo e é taxativamente sinónimo de ser culpado mas, uma vez mais, a verdade veio à tona e, com toda a naturalidade, sempre virá. Pediu ao senhor

R



presidente para depois abordar o assunto. Em relação ao I Mercado dos Sabores Douro que se realizou na Folgosa, no dia 5 de agosto, disse que teve o privilégio de estar presente. Agradeceu ao presidente de junta da freguesia, ao restante executivo, Mário e Ana pelo certame que considerou muito positivo e fantástico. Naturalmente, há sempre aspetos a melhorar e, uma vez mais, na qualidade de cidadão estará disponível para ajudar, não só, este evento como todas as atividades que sejam benéficas para o concelho. Muitas vezes nesta assembleia fala-se que há excesso de festas mas o certo é que os certames que foram realizados, ao longo deste ano e pós Covid-19 têm sido um sucesso. Realizou-se a Montra Vínica, que em sua opinião foi um sucesso, o São João, melhorou, o festival da juventude, com aspetos a melhorar mas têm-se feito atividades e chamado as pessoas a participar, desde os jovens aos menos jovens e só vê critica nas redes sociais. Não vê dizerem bem, ou virem, aqui, ao púlpito dizer “*parabéns, foi uma excelente atividade*”. Entende que se deve dar atenção à questão das despesas com estas atividades mas também é preciso pensar no retorno. Quando se realizou o Mundial de Motocross alguém veio aqui falar em gastos, mas é preciso falar no retorno que isso trouxe e nos lucros dos agentes económicos. Para terminar apesar de estarmos a meio das colheitas desejou continuação de uma boa colheita a todos os vicultores e fruticultores e, que corra dentro do espetável, a próxima edição da Feira da Maçã. Em sua opinião a data do evento deveria ser antecipada mas o certo é que mesmo na data em que tem acontecido tem corrido muito bem. Em relação ao Centro Interpretativo da Mulher Duriense deu os parabéns ao executivo, pois é uma obra de excelência e tem muito potencial, tirando um ou outro pormenor a resolver. -----

Presidente da Câmara Municipal cumprimentou os presentes, deixou uma palavra de conforto e endereçou condolências ao amigo Luís Rodrigues extensíveis a toda a sua família. Em relação às intervenções efetuadas começou por se dirigir a António Lareiro e quanto às preocupações, por si, manifestadas em relação ao despovoamento e falta de

mão de obra, disse que esse é um problema dos municípios do interior e não, exclusivamente, do concelho de Armamar. Recordou que nos últimos Censos, no cenário da Cim Douro, Armamar não foi dos conselhos que mais população perdeu, contudo, perder 2 ou 3% é motivo de preocupação e é preciso tentar inverter a situação, apesar de ser difícil. Muitas vezes, isso acontece pelas melhores razões por que, hoje, felizmente 90% dos jovens, do concelho, saem para o ensino superior, fazem a sua formação académica e como não encontram no seu concelho a acomodação para a vida profissional não regressam. No que respeita à imigração o município está atento e tem prestado vários serviços a essa população, nomeadamente, em termos do Espaço do Cidadão, onde lhe é atribuída a identificação para que possam estar no território, assim como em termos dos serviços sociais. Já se ponderou algum tipo de formação para esses cidadãos, através do IEFP, conforme já se fez no passado e é preciso dar continuidade no presente e no futuro porque estas comunidades são cada vez em maior número e, ainda bem, pois é a forma de garantir mão de obra, não só para o setor agrícola de forma mais sazonal, mas também para as empresas sediadas no concelho, sobretudo para a indústria transformadora. A formação do IEFP passa pela aprendizagem e facilitação da língua e formação específica e estamos a trabalhar para ter esse tipo de resposta. Quanto ao ponto de situação do novo Centro de Saúde, conforme já havia dito, o município já remeteu à ARS Norte o estudo prévio e aguarda-se pelo parecer da ARS. A data-limite para submeter a candidatura, no âmbito do PRR, é 29 de outubro e será apresentada até essa data. A expectativa é que estejam reunidas as condições de até ao final do ano lançar o procedimento até porque em termos de execução do PRR há um pedido de aceleração das ações porque as taxas de execução do PRR estão muito aquém das metas que o governo se tinha proposto. Em relação à intervenção de Paulo Tolda sobre a requalificação das estradas referiu que houve algumas alterações ao projeto inicial. O mesmo contemplava aquele troço que,

R



entretanto, foi pavimentado pela Infraestruturas de Portugal e o executivo, também, entendeu fazer outra alteração relacionada com a Av. Dr. Oliveira Salazar cujo pavimento vai passar a ser em cubo em vez de betuminoso. Como foi retirado aquele troço à primeira empreitada vai-se pavimentar a ligação entre a garagem Cardoso e o centro de Aldeias e outros pequenos troços. O prazo de entrega dessas alterações está definido no contrato, é 15 de outubro, e é a partir daí que se vai lançar o procedimento para termos os valores para o empréstimo. Quanto ao empréstimo da Armamar Viva, S.A, disse que por uma questão de gestão e prioridade enquanto esta situação não estiver efetivada não vão correr o risco de avançar com esse empréstimo. Conforme consta do documento da análise intercalar do ROC já se pediu à DGAL que faça a interpretação para se perceber se isso terá implicações, ou não. Se não tiver o caminho será um, se tiver vai-se dar prioridade às estradas. Quanto à intervenção de Mónica Araújo disse que tiveram oportunidade de falar várias vezes dos problemas que ao vinho do Douro diz respeito. Julga que é uma preocupação geral e os municípios vizinhos estão preocupados com o que se está a passar no Douro. Trata-se da mais antiga região demarcada do mundo e não pode, nem deve ser a região pior regulamentada. As regras que se aplicam a esta região estão, completamente, ultrapassadas e obsoletas. Percebemos que existem uma série de interesses para a região que não são comuns e é sabido que os operadores, neste momento, têm quase o monopólio daquilo que tem mais a ver com o vinho do Porto do que com os vinhos DOC. Como disse Mónica Araújo, no dia 25 de setembro, no Porto, haverá uma reunião onde se irão sentar à mesa a senhora Ministra da Agricultura, o IVDP, os representantes da produção e da comercialização e alguns autarcas. A Cim Douro nomeou como representantes dos autarcas, neste tema, os presidentes das câmaras municipais da Régua, Foz Coa e Murça. São eles que fazem parte desta comissão da Cim Douro para o tratamento deste assunto e para de alguma forma pressionar para que se encontre uma solução. Este, é





um ano de excelência para todas as culturas, desde a maçã, ao vinho e esperamos que também o seja para a castanha e outras culturas e percebe-se que há um volume de uvas que não houve em anos anteriores e quando isso acontece cria-se um problema. Como se criou com a redução das 12 mil pipas de benefício. É preciso olhar para esta redução, percebendo que existe um excesso de stock de vinhos do Porto que tem de ser resolvido, porque existem no Douro muitas pessoas que entregam o cartão e este dá-lhes o direito de fazer vinho do Porto mas depois fazem vinho do Porto em casa e têm um duplo ganho. O problema é grande e complexo e os autarcas estão empenhados para estar ao lado dos produtores, para que haja regulação de algumas situações que são básicas. Os produtores não podem entregar uvas aos operadores sem saberem o que vão receber e não podem ser pressionados ao ponto de só receberem toda a produção de um produtor ou nenhuma. Quanto à intervenção de Luís Silva, agradeceu as suas palavras e referiu que deve ser motivo de satisfação a forma como está a decorrer obra de construção do pavilhão gimnodesportivo. Disse que fica satisfeito que haja essa perceção fora de portas e, apesar de não gostar muito de personalizar, disse que com a vinda do engenheiro Laurentino Santos para os serviços técnicos do município, no que respeita à tramitação destes processos, consegue-se perceber que os procedimentos estão a ser bem conduzidos. Em relação aos trabalhos complementares que todos receberam detalhadamente podem perceber qual foi a posição da Câmara Municipal e o que levou ao cálculo dos mesmos. Disse que foi entregue ao consultor jurídico a parte que respeita à responsabilização do projetista e iremos prosseguir em tudo o que a Lei permitir para podermos ser ressarcidos de situações que não dizem respeito ao município. No que respeita à intervenção do presidente de junta da freguesia de Folgosa concordou que o evento que se realizou naquela freguesia correu muito bem. Aproveitando a situação de o Douro ser Cidade Europeia do Vinho aconteceram vários eventos e a Folgosa tem condições únicas para se fazerem este tipo de eventos pois está

no coração do Alto Douro Vinhateiro e é a única freguesia ribeirinha entre o Torrão e o Pinhão e tem uma localização fantástica. Agradeceu aos produtores que estiveram presentes e ajudaram a criar o sucesso desta montra vínica, muitos deles do concelho de Armamar o que é motivo de satisfação. Referiu, ainda, que nunca houve da parte do município um tratamento melhor à maçã do que ao vinho e o que se pretende é que os produtores do concelho possam estar na Feira da Maçã porque valorizam o evento. Em relação à intervenção de Alice Nogueira e quanto à sinalização rodoviária disse que a ideia era jogar com os timings da adjudicação das estradas e aumentar a rubrica da sinalização para se enquadrar esses trabalhos, mas para não se estar a protelar muito não vai ser possível e vai ter de encontrar uma solução e efetuar esses trabalhos antes do inverno. No que respeita às raízes de árvores no pavimento referiu que já se retificaram algumas situações e pretende-se fazer as restantes correções. Quanto às plantações de árvores junto às vias, é um problema de há uns anos e a forma de o resolver é os fruticultores perceberem que em áreas tão grandes não é por deixarem duas carreiras de macieiras que lhes vai fazer diferença no que há de ser a produção final. Aí terá de funcionar a consciência de cada um e, se assim não for, em termos de IFAP e Direção Regional de Agricultura do Norte os novos projetos têm de ter licenciamento de movimentação de terras, por parte da Câmara Municipal, e após os pedidos darem entrada no município já se pode ir ao local verificar e dar parecer. Isto vai, certamente, ajudar a regular essas situações. No que respeita ao edifício abandonado à entrada da vila disse que a intervenção não passa por uma intervenção da autarquia. Deu conta que já reuniu com duas empresas que podem ter interesse na requalificação do edifício, embora isso implique a alteração ao projeto. Sabemos que não é um problema com solução fácil mas espera-se que venha a ter um bom desfecho. Em relação ao Regulamento das Bolas de Estudo fez saber que o executivo já discutiu essa situação em reunião e o que se entendeu foi alterar os critérios de atribuição.

Provavelmente, encontrar um valor igual para todos os alunos. Quanto ao amianto nas casas particulares disse que aquilo que o município poderá fazer, neste momento, através dos serviços técnicos, é uma identificação dos edifícios que ainda têm amianto e, depois, perceber se sairão candidaturas dirigidas aos particulares para remoção e alteração do tipo de cobertura. O município até poderá apoiar na remoção mas o problema é o transporte e tratamento desses materiais. É um serviço caro e há poucas empresas, no país, que o façam. Quanto à intervenção de Sara Gouveia, julga que deve ter sido um lapso os dados apresentados em relação à Biblioteca e na próxima informação serão corrigidos. No que respeita ao número de utilizadores e dinâmicas disse que, quer o Centro Interpretativo da Mulher Duriense, quer a Biblioteca e a Loja de Turismo, são três serviços distintos a funcionar no edifício mas a pretensão é que os mesmos complementem e sejam vistos como um todo. Está a ser elaborado o plano cultural para 2024 e, para 2023, há algumas ações programadas. Em relação à falta de identificação ou sinalização do edifício, ainda, não existe porque se lançou um procedimento para a criação de uma identidade gráfica própria para aquele espaço e a empresa a quem foi entregue esse trabalho está quase a terminá-lo. Quanto ao destino a dar ao espaço da antiga loja interativa de Turismo disse que já existem algumas ideias, desde esplanada a loja venda de produtos. Ainda está a ser feita essa análise porque dependendo do fim que lhe for dado haverá, ou não, a necessidade de fazer obras. No que respeita à intervenção do presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs disse que com certeza que há de ter muitos caminhos rurais com buracos, não é a caso único, no concelho, mas os caminhos rurais são isso mesmo. Neste momento, prioridade são as vias municipais principais e os caminhos rurais têm de ser mantidos e quando for possível serão retificados, não deixando de registar a preocupação manifestada. Em relação ao edifício da escola primária de Gogim lembrou que o mesmo está cedido à junta de freguesia de São Martinho das Chãs, por contrato de comodato

onde estão definidos os direitos e obrigações de cada uma das partes. As obras de requalificação dos edifícios estão a cargo, neste caso, da junta de freguesia. Quanto à festa das colheitas disse que o município estará disponível para colaborar no que for necessário. Em relação à intervenção de Lisete Osório no que tem a ver com a viticultura já respondeu quando se dirigiu a Mónica Araújo. Quanto à situação das bermas e valetas que referiu disse que quando surgem estes episódios de precipitação é lógico que aconteçam, por todo o concelho, pequenas derrocadas e outras mais graves, como estradas cortadas e quando há um número de ocorrências desta dimensão tem de se acorrer às mais urgentes e prioritárias e, depois, ir fazendo essa limpeza e manutenção. No que respeita à estrada do Marmelal e ao medo que diz ter quando lá passa referiu que cada vez que Lisete Osório aborda o assunto vai ao local com os técnicos do município e o que estes dizem é que não há naquela estrada patologias que justifiquem esse medo. Segundo os técnicos a construção de muros de suporte naquela estrada para já não é urgente e é muito dispendiosa. Quanto à intervenção de Márcio Morais e à operação ETER disse que pensou que quem ia abordar o assunto era o senhor António Lareiro, que veio dizer, em sessão anterior que Armamar só aparece nas notícias pelas piores razões e agora viesse dizer que foi noticiado que a acusação ao presidente de câmara e à senhora vereadora sobre esse processo foi arquivada e estes deixaram de ser arguidos. -----

António Lareiro como o seu nome foi visado, não só, em relação a uma intervenção que fez na última sessão de assembleia municipal, como outras que a CDU fez durante anos, em relação ao processo que autarcas têm, ou tinham, em Tribunal disse que nem ele, nem Manuel Paiva vieram, alguma vez, acusar alguém. Sempre se referiram a notícias que saíram na comunicação social que apontavam como arguidos autarcas de Armamar. Em relação à operação ETER disse que fica satisfeito pelo processo ter sido arquivado. O que não pode é admitir insinuações como as de Márcio Morais, de vir dizer que a

[assinatura]

[assinatura]

CDU não tinha o direito de vir levantar o problema pois a função da Assembleia é fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. -----

[assinatura]

Márcio Morais disse que não referiu o nome de António Lareiro e não se trata de acusações, mas o certo é que, de há uns anos a esta parte, a CDU vem com hipotéticos, cartões partidários e rendas. Fazem essas sátiras julgando que não “apanhamos”. Como falou do seu nome, diretamente, e como não esteve na última assembleia, onde se verificou mais uma “Moção apresentada pela CDU”, lembrou aquela “Moção apresentada pela CDU” que ficou com a nomenclatura de “Moção apresentada e subscrita por todos os grupos parlamentares” mas o que vem escrito no Boletim informativo da CDU é “Moção apresentada pela CDU”. Quando o senhor deputado sabia que a Moção era conjunta. -----

Presidente da câmara municipal disse a António Lareiro que, em sessão anterior, este disse, e está em ata, que o presidente da câmara foi constituído arguido por corrupção passiva, ativa e abuso de poder. Justificou que ouviu na comunicação social mas não lhe ficava mal vir dizer que, também, ouviu na comunicação social que no que respeita ao presidente da Câmara Municipal e à senhora vereadora o caso foi arquivado.

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Não se registaram inscrições. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às onze horas e vinte minutos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro referiu-se à informação financeira, em particular à informação do ROC – Revisor Oficial de Contas. Segundo este, a Câmara Municipal não preparou as demonstrações financeiras intercalares, em 30 de junho de 2022, referentes ao primeiro semestre e, em junho de 2023, referentes também ao primeiro semestre. Não era obrigatório conforme vem referido, mas há factos que, por serem determinantes na obtenção de resultados devem ser considerados obrigatórios. Efetuaram uma simulação do encerramento do relatório factual com as limitações e pressupostos. Alertam que estes procedimentos não permitem assegurar o nível de segurança e a análise semestral conducente à emissão do relatório factual. Ainda não foram concluídos os procedimentos de atualização dos cadastros e vida útil dos edifícios e outras construções reconhecidas na rubrica de ativos fixos atingíveis e de propriedade de investimento, pelo que não tem sido possível concluir quais os impactos das demonstrações financeiras. Não foram concluídos os procedimentos inerentes ao reconhecimento dos acordos de concessão de serviços concedente referente ao sistema de normalização contabilística para as administrações públicas cujo montante não tem sido possível quantificar. Com base numa análise aprofundada aos procedimentos de contratação pública existente e discutidas com os serviços administrativos da entidade concluíram, pela existência de fraquezas na sua aplicação, monitorização e controle, que poderão ter originado despesas sem o cumprimento integral dos procedimentos previstos no Código de Contratação Pública, pelo que não tem sido possível calcular sobre os impactos desta prática nas demonstrações financeiras da entidade. Em 2021, a entidade Armamar Viva, S.A. não procedeu à determinação e correspondente divulgação às demonstrações financeiras do justo valor das suas propriedades de investimento. Chama à atenção e alerta que se estas situações se mantiverem em 31 de dezembro de 2023, poderão originar a manutenção das reservas da Certificação Legal das Contas a emitir em fase da sua materialidade. Aponta as seguintes deficiências: “Edifícios não

assegurados, escolas primárias; movimentação e controle de artigos na rubrica inventários, depósitos de garantia desagregados por entidade. No abastecimento de água, saneamento e águas residuais apontam: regulamento de abastecimento de água, desatualizado, perdas da rede pública de 50%, não faturadas. A falta de fundamentação económico financeira das taxas. Em 2012, realizou-se a atualização das taxas e não houve a revisão da fundamentação económico financeira que poderá implicar a nulidade do montante adicional das taxas cobradas e na devolução desses montantes. A Não existência de uma fundamentação económico financeira que permita aferir sobre a sustentabilidade e viabilidade das referidas atividades tendo como base os preços praticados. Falta de um sistema de contabilidade de gestão que lhe permita na plenitude valorizar os seus investimentos e as suas atividades, apesar de se encontrar, legalmente, obrigatório.” Concluiu, questionando o que pensa o senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo fazer para inverter esta situação, perante mais esta chamada de atenção e informação arrasadora para o executivo, por parte do revisor de contas. -----

Presidente da Câmara Municipal como disse António Lareiro a situação que refere o ROC, não é obrigatória, contudo os procedimentos devem ser conduzidos dessa forma, com o relatório intercalar. Os alertas que estão vertidos nesse relatório intercalar são praticamente aqueles que já vinham aquando da Certificação Legal de Contas e há situações que são de resolução imediata, outras tem de se fazer o percurso até se chegar a elas. No que se refere aos edifícios não segurados, das escolas, ou o ROC não teve acesso à documentação dos seguros que já estão efetuados ou efetuaram o trabalho antes disso acontecer pois já não devia constar essa menção. Quanto ao cadastro e vida útil dos edifícios esse trabalho também está a ser feito pelo setor do património do município e pretende-se que esteja concluído no final do ano. Em relação à contratação pública e existência de fragilidades foi uma das referências vertidas na Certificação Legal de Contas que levou a que o município solicitasse a presença do

e



ROC, na sessão de assembleia de abril, tendo este esclarecido que não detetou qualquer situação anómala e o que detetou é que ainda há trabalho a ser feito pelos serviços.

Referiu que em março, deste ano, foi implementado um novo sistema quer de gestão documental, quer financeira para se poderem ultrapassar estas fragilidades. Quanto à falta de fundamentação económica das taxas, a mesma foi publicitada, como é obrigatório, e o que poderá estar a causar é se dez anos não é tempo suficiente para a atualizar. Com certeza que sim, mas a câmara não incorre na nulidade que é referida, e quando acontecer essa atualização certamente, a mesma irá levar ao aumento de algumas taxas, nomeadamente, de água e saneamento. -----

2) Ata da sessão de 30 de junho de 2023 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão. -

3) Armamar Futsal Clube – Contrato Programa – Projeto de desenvolvimento desportivo (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal em relação a este ponto da ordem do dia referiu que o Armamar Futsal Clube apresentou ao executivo municipal a proposta para o ano desportivo 2023/2024 e um pedido de verba de 42.200,00. O clube pretende introduzir algumas alterações ao contrato programa do ano anterior, nomeadamente, despesas com a equipa de seniores, organização de uma prova do rali, de perícia, em conjunto com o Clube Automóvel da Régua e outras. Em reunião do órgão executivo municipal entendeu-se atribuir verba igual à do ano anterior, pois o AFC tem na sua essência, acima de tudo, a formação de jovens atletas e se quiserem levar por diante a equipa de seniores, a mesma, terá de ser subsidiada de outra forma, assim como entenderam que havia atividades que não se justificavam. Posto isto, dos 42.200,00 € que foram solicitados foi deliberado, em reunião de câmara municipal, atribuir 26.000,00 €. -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

4) **Derrama** (cujas cópias passaram a constituir o anexo III à ata) -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs ao plenário colocar os pontos 4, 5 e 6, relativamente a impostos, em apreciação e discussão conjunta e depois votados em separado. A presente proposta foi aceite, por unanimidade. -----

Presidente da Câmara Municipal começou por referir que a proposta da Câmara Municipal em relação a estes três impostos é a mesma dos anos anteriores. Em relação ao IMI, propõe-se a taxa mínima e quanto ao IRS, o município tem direito a arrecadar 5%, mas a proposta é prescindir de 4% a favor dos contribuintes e arrecadar um 1% para canalizar para as bolsas de estudo do ensino superior. No que respeita a Derrama manter a taxa do ano anterior, ressaltando que em relação a este imposto deve-se fazer um trabalho de regulamentar o que poderão ser isenções ou reduções, nesta taxa. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro referiu que a posição da CDU é conhecida e perante propostas iguais continuarão a ter a mesma posição que assumiram ao longo dos anos sobre os assuntos em discussão. Em relação ao IRS e IMI, estão de acordo com o proposto. Sobre o IRS lembrou que a CDU, em Armamar, foi pioneira na defesa desta solução. Atualmente, a percentagem de 1% para o município e 4% para os munícipes é aceitável. Já foi de 0% para o município, mas esta alteração não leva a que mudem de opinião e votarão a favor das propostas de IMI e IRS. Quanto à Derrama, aplicada a quem tem volume de negócio superior a 150.000,00 €, é discutível, mas 0,5% para negócios inferiores a esta importância não concordam e, por isso, votarão contra. -----

Paulo Tolda relativamente aos pontos em discussão IMI e IRS, nada teve a referir. Relativamente à Derrama, a título pessoal, é favor que se aplique esta taxa às empresas, até porque, mesmo não tendo os dados concretos do município de Armamar, há um conjunto de empresas, que mesmo não tendo sede no concelho, eventualmente, têm, atividades que não são estratégicas para o concelho e têm volumes de negócio

significativos e haverá outras que não tendo sede no concelho mas tendo estabelecimentos, têm de fazer uma repartição da Derrama com base na massa salarial, conforme está previsto na Lei, quando a matéria coletável é superior a 50.000,00 €. Será o caso da Caixa Geral de Depósitos, Crédito Agrícola e outras empresas com alguma dimensão. De todo o modo, e mais uma vez, o senhor presidente foi dizendo que é preciso regulamentar esta situação e, em parte, foi isso que o levou a intervir, pois já é conhecido da assembleia que, de há uns anos a esta parte, tem insistido na necessidade de elaborar o regulamento a que alude o artigo 16.º da Lei das Finanças Locais e que, inclusive, já se tentou elaborar no anterior mandato, mas o mesmo não avançou. A elaboração desse regulamento é necessária, pois entendem que deve haver uma determinada diferenciação para algumas empresas e setores, nomeadamente, agrícola, turístico e pequeno comércio do concelho. São setores que através desse regulamento poderão ter isenções até determinado limite de volume de negócios, para quem criar postos de trabalho e por setor de atividade. Não conhecendo os detalhes de quem são, exatamente, as empresas que pagam Derrama, no concelho, seria importante proteger as dos setores estratégicos e que têm volume de negócios mais pequenos e muitas vezes têm algum lucro e poderiam reinvestir esse valor de Derrama noutros investimentos. Disse, ainda, que esse regulamento, em particular, não teria a vantagem, apenas, de regulamentar a Derrama, mas pode ter vantagens no que respeita a isenções de IMI ou IMT quando há reabilitação urbana ou até para jovens agricultores quando fazem compras de terrenos, pois há uma isenção prevista na Lei, para investimentos agrícolas e o IMT muitas vezes tem um peso significativo na aquisição dos terrenos. Não sabe se tem havido esses pedidos, mas no concelho onde está aparece um ou outro pontual. Em relação à Derrama, apesar de concordarem por princípio, com ela, deveria haver alguma atenção a determinados setores e investimentos que possam ser realizados no concelho. Em suma, está em atraso esse Regulamento, já, há algum tempo.

Hugo Xavier cumprimentou os presentes e o público online e em relação a este assunto veio, uma vez mais, valorizar e admirar a capacidade da Câmara Municipal na gestão das taxas que aplicam nestes impostos. Como todos sabem, os impostos são uma fonte de receita do município e as taxas têm-se mantido ao longo dos últimos anos, principalmente, a aplicação das taxas mínimas, em termos de IMI. No IRS, a participação varável dos 5% a que o município tem direito e que abdica dos 4% para os seus contribuintes, demonstra uma estratégia de fixação dos seus residentes. Sobre a Derrama, a percentagem também se tem mantido e discorda um pouco daquilo que os colegas apresentaram, pois pelo seu entendimento alguns são a favor que ela seja reduzida ou nula mas seria a favor que até pudesse ser aumentada porque a Derrama é aplicada a determinadas empresas em função dos seus rendimentos. Parece-lhe que não serão, assim, tantas no município de Armamar e aquelas que podem pagar deveriam fazê-lo em detrimento de um todo. Parabenizou o executivo por aquilo que tem conseguido em termos de percentagem de impostos para os munícipes do concelho. ----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, veio dizer que a sua posição quanto à Derrama já começa a ser conhecida porque sempre debateu algo diferente do que é aplicado. Em primeiro lugar, corrigiu o colega Paulo Tolda que referiu que a Derrama é aplicada quando a matéria coletável é superior a 150.000,00 € e não tem a ver com a matéria coletável mas com o volume de negócios. Quanto aos valores, a Derrama é um imposto que foi criado e aplicado sobre o lucro, ou seja, só paga Derrama quem tem lucro. Esta existe para evitar que as pessoas acumulem lucro e fazer com que promovam o investimento. Há uma tentativa de o estado fazer com que as empresas invistam e havendo investimento não há lucro porque o dinheiro foi gasto. A taxa de 0,5% para quem tem lucros e volume de negócio até 150.000,00 €, não é contra pois é uma forma de fazer com que as empresas invistam mas no que toca às empresa com volume superior a 150.000,00 € já é relativamente

baixo, mas 1,35% é um valor exagerado. Em sua opinião a taxa deveria ser de 0,5% para todos para que se conseguisse fazer com que alguma das grandes empresas que não estão sediadas no concelho pudessem ter aqui a sua sede e investir mais no concelho. Neste momento, existirão duas ou três grandes empresas com volume de negócio significativo mas, provavelmente, vão mudar a sua sede. A empresa das eólicas é muito provável que vá embora. Relativamente ao IRS concorda o que está estipulado, assim como concorda com a taxa de IMI. Não temos de pagar taxas mais altas porque não vivemos numa cidade nem temos condições que justifiquem pagar taxas mais elevados mas há algo que nunca foi posto em causa, tanto pelo executivo, como pela Assembleia Municipal. O município pode sobrevalorizar a taxa, ou seja, aumentá-la, até triplicá-la para prédios devolutos e, já se verificam alguns no concelho. Não quer dizer que se triplicasse a taxa a todos os prédios devolutos mas, pelo menos, aquelas pessoas que tivessem um valor patrimonial superior a 150.000,00 € deveriam ser obrigados a requalificar esses edifícios. No que toca ao IMT já está previsto na Lei, para jovens agricultores e o município não precisa de autorizar nem de se pronunciar sobre isso. Um jovem agricultor que submeta um projeto basta trazer o pedido do mesmo aquando da liquidação do IMT e fica dessa taxa, desde que a compra desse prédio seja para ser intervencionado e utilizado no projeto de investimento. Para além dessa situação, os prédios que estejam arrendados há mais de três anos têm também isenção e IMT. -----

Presidente da Câmara Municipal concordou que é necessário avançar para a elaboração de Regulamento para de alguma forma e em algumas situações específicas se poderem acomodar as situações que foram aqui relatadas. Disse, ainda, que os impostos municipais são das poucas receitas próprias que os municípios têm e o município de Armamar, já, está a fazer um esforço grande, quer em termos de IRS, quer de IMI ao prescindir de muito daquilo que era a receita a que tinha direito, pois sem receita não há investimento. Na Derrama, a dificuldade é sempre conseguir saber o alcance que tem

nas empresas porque a Autoridade Tributária não fornece aos municípios essa informação e fica difícil perceber qual o impacto nas pequenas e grandes empresas. A receita da Derrama para a câmara é de cerca de 80.000,00 €, por ano, e a noção que existe é que quem paga este imposto são as grandes empresas e as que têm lucro. -----

Paulo Tolda esclareceu que já é possível ter acesso no Portal das Finanças do município às empresas que pagam Derrama. Há uma opção que permite extrair o ficheiro Excel com indicação das empresas que pagaram esse imposto. Está disponível a relação de 2021 e a de 2022, à partida, estará disponível, em outubro. Quando na sua intervenção referiu matéria coletável de 50.000,00 €, se calhar, não se explicou bem mas o que queria dizer é que as empresas que não têm sede no concelho mas que tiverem uma matéria coletável superior a 50.000,00 são obrigadas, por Lei, a ter de repartir o pagamento da Derrama em função da massa salarial, ou seja, uma Caixa Geral de Depósitos, ou Crédito Agrícola se tiverem no concelho 20% da massa salarial teriam de pagar 20% da sua Derrama para o concelho de Armamar. Na questão das eólicas, mesmo que mudem a sede, também, está previsto na Lei que quando são empresas que exploram recursos naturais ou questões de energia, pode haver critérios que compensem o facto de ter aqui a exploração dos recursos e terem a sede noutro lado. No caso dos jovens agricultores é verdade que essa isenção está na Lei, conforme referiu o presidente da freguesia de São Martinho das Chãs mas é necessário o parecer da Câmara Municipal para validar se essa isenção pode ser concedida, ou não. Como as isenções de impostos são competência da Assembleia Municipal, se aparecesse, por exemplo, um caso de dois ou três pedidos de isenção de jovens agricultores, teoricamente, a questão é se a câmara pode isentar aquele IMT conforme está previsto na Lei, e é quase automático, ou se tem de vir à assembleia. Estando isso regulamentado evitaria ter de vir à assembleia caso surja algum pedido dessa natureza. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 3 votos contra (a saber: Paulo Tolda, Luís

Silva e António Lareiro) e 1 abstenção (a saber: presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes). -----

5) **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

6) **Participação variável no IRS** (cuja cópia passou a constituir o anexo V à ata) -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

7) **Mapa de pessoal 2023 – Alteração** (cuja cópia passou a constituir o anexo VI à ata) -----

Presidente da Câmara Municipal referiu que esta alteração não é mais que uma atualização e incorporação de lugares que resultam da transferência de competências para o município, nas várias áreas. Há mais três lugares, sendo que o técnico superior está definido na transferência de competências da Ação Social; em relação ao encarregado técnico o número não se altera, no quadro anterior estavam sete lugares ocupados, porque ainda estava como ocupado o lugar de coordenador técnico do agrupamento de escolas quando na realidade está vago e tem de constar como lugar a recrutar; nos assistentes operacionais constam três a recrutar e dizem respeito aos cinco trabalhadores que passaram para a câmara no âmbito da transferência de competências na área da saúde. Eram cinco, mas como o mapa de pessoal tinha dois lugares vagos nessa categoria só serão necessários recrutar três. No que respeita aos técnicos superiores por contrato determinado, um dos lugares tem a ver com as AEC – Atividades Extracurriculares e os outros dois têm a ver com a candidatura que o município vai fazer ao “Radar Social”, no âmbito do PRR que prevê o recrutamento por vinte e sete meses de dois técnicos que serão suportados pelo programa. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Paulo Tolda o senhor presidente já explicou grande parte das dúvidas que tinha mas,

ainda assim, referiu que há duas ou três questões que devem ser esclarecidas. Referiu que comparando o mapa inicial aprovado, com esta proposta de alteração, tínhamos para 2023, no início trinta e dois técnicos superiores e a proposta era recrutar mais um e temos neste mapa trinta e três técnicos superiores providos e estão a propor mais dois por tempo indeterminado. Disse ter percebido a que de devem os três a recrutar a termos certo mas, ainda assim, verifica-se um crescimento de três técnicos superiores, um que vinha do mapa inicial mais dois que agora se propõem. Nos coordenadores técnicos vai-se manter o rácio, presume que tenha a ver com o Agrupamento de Escolas; os assistentes técnicos eram vinte e três e um a prover, por isso mantém-se o que estava e, depois, havia cento e nove assistentes operacionais e tinha-se aprovado a criação de dois lugares no mapa de pessoal inicial. Estariam providos cento e onze mas aparecem cento e treze neste mapa, que presume ter a ver com a descentralização de competências na saúde. Estamos a falar de um crescimento de catorze funcionários, onze a tempo indeterminado. Percebeu a lógica explicada, só não percebeu no que se refere aos técnicos superiores. Isto porque verifica-se um crescimento por tempo indeterminado face a 2022 de três técnicos superiores, um que já estava no mapa inicial mais dois a prover. Disse que percebeu que um é para a ação social mas não percebeu o outro. Em função disso será o seu voto. Se for tudo financiado no âmbito da descentralização e Radar Social e esse tipo de candidaturas, o voto será um, se houver aumento que não tenha justificação plausível a posição do seu partido será outra. -----

O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o que constava do mapa inicial era um técnico superior a recrutar. O que se propõe, agora, é recrutar dois técnicos superiores porque o lugar que estava no anterior, ainda, não está provido, daí estarem mencionados dois. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

8) Proposta de Regulamento do cartão de identificação de membro da

Assembleia Municipal (cuja cópia passou a constituir o anexo VII à ata) -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu a todos os membros para entregarem ou enviarem para o gabinete de apoio à assembleia municipal, uma fotografia, no mais breve espaço de tempo para a emissão do cartão de acordo com os normativos legais.

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

9) Eleição de um presidente de junta de freguesia e substituto para representar o município no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que chegou à Mesa um requerimento do PPD/PSD.CDS-PP, com a proposta a indicar o nome de Afonso José Morais de Gouveia, presidente de junta da freguesia de Armamar e substituto Márcio Ismael Magalhães de Sousa, presidente da junta de freguesia de Folgosa. Como não foi apresentada outra proposta designou-se a existente como Lista A e procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

Deliberação: Eleito o presidente de junta de freguesia de Armamar, Afonso José Morais de Gouveia e substituto o presidente de junta de freguesia de Folgosa, Márcio Ismael Magalhães de Sousa, com 21 votos válidos, 7 votos em branco e 1 voto nulo. -----

10) Eleição de 4 representantes da Assembleia Municipal, sendo que pelo menos um deverá ser Presidente de uma Junta de Freguesia ou União de Freguesias, para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) (cuja cópia do protocolo passou a constituir o anexo VIII à ata) -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios da ação do município, designadamente, através da adoção de planos municipais para a igualdade. Nesse sentido, o



município celebrou um protocolo de cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, visando a territorialização da estratégia nacional para a igualdade e não discriminação 2018/2030 Portugal Mais Igual. Deverão integrar esta equipa quatro membros e chegou à Mesa uma proposta conjunta dos grupos municipais PPD/PSD.CDS-PP e PNT que indicam Rui Manuel Tavares Dionísio, presidente da Assembleia Municipal, Cláudia Filipa Rodrigues da Fonseca, presidente de junta da freguesia de Vacalar, Alice Maria Teixeira Cardoso Nogueira e Marlene Isabel Cardoso Fernandes, membros da Assembleia. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

Paulo Tolda realçou a atitude do grupo parlamentar do PPD/PSD.CDS-PP, na pessoa de Márcio Morais, que na última reunião de representantes onde se debatia a melhor forma de fazer este processo de eleição ter sugerido que seria útil para a assembleia haver maior representatividade e ter uma lista plural. A proposta do representante grupo municipal do PPD/PSD.CDS-PP foi no sentido de se criar uma lista única, em que o PNT integrou um dos seus membros da assembleia, Alice Nogueira. Disse que ficou muito agradado por verificar que em matérias em que deve haver representatividade e algum consenso tenha surgido uma lista única e é importante que em futuras situações se adote esta postura, envolvendo, membros de outros grupos parlamentares, pois isso traz mais valias para a assembleia. É de salientar a forma como este processo foi conduzido e há que reconhecer quando as coisas funcionam bem. -----

Márcio Morais referiu que Paulo Tolda esbateu a sua intervenção pois era no sentido das palavras que este proferiu. Julga que quer nesta matéria, quer noutras, aqui, não há inimigos, apenas pessoas com diferentes cores políticas que, em algumas matérias, defendem pontos de vista distintos. Reforçou que o que importa defender em conjunto é o concelho de Armamar. Agradeceu também a abertura de Paulo Tolda pois em conjunto conseguiram chegar a um consenso de uma proposta conjunta. -----

O presidente da Mesa da Assembleia designou a proposta apresentada de lista A e

procedeu-se à votação por escrutínio secreto. -----

Deliberação: Eleitos: Rui Manuel Tavares Dionísio, Alice Maria Teixeira Cardoso Nogueira, Marlene Isabel Cardoso Fernandes e a presidente de junta da freguesia de Vacalar Cláudia Filipa Rodrigues da Fonseca, com 28 votos válidos, 1 voto em branco e 0 votos nulos. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal, exceto os pontos 9 e 10 cuja votação foi por escrutínio secreto. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às doze horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

Rui Manuel Tavares Dionísio

Primeiro secretário:

Lisete Mendes Osório

Segundo-secretário:

Lisete Mendes Osório